

COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AMAZÔNIA

REQUERIMENTO Nº de 2016 (Do Sr. Rocha)

Solicita a realização de audiência pública, com a participação do Sr. BRUNO ARAUJO, Ministro de Estado das Cidades, Sra. MARIA HENRIQUETA ARANTES FERREIRA ALVES, Secretária Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, de representante da área de Habitação da Caixa Econômica Federal, e do Sr. CARLOS AFONSO C. DOS SANTOS, presidente do Sindicato da Indústria de Construção Civil do Estado do Acre, para debaterem com esta Comissão a assimetria nos valores destinados à região amazônica para a implantação de políticas habitacionais de caráter popular.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do artigo 58,§ 2º da Constituição Federal e no artigo 225 do Regimento Interno que, ouvido o plenário, se digne a adotar as providências necessárias à realização de audiência pública, com a presença do Sr. BRUNO ARAUJO, Ministro de Estado das Cidades, Sra. MARIA HENRIQUETA ARANTES FERREIRA ALVES, Secretária Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, de representante da área de Habitação da Caixa Econômica Federal, e do Sr. CARLOS AFONSO C. DOS SANTOS, presidente do Sindicato da Indústria de Construção Civil do Estado do Acre, para debaterem com esta Comissão a assimetria nos valores destinados à região amazônica para a implantação de políticas habitacionais de caráter popular.

JUSTIFICAÇÃO

A região norte do país, e a região amazônica, mais especificamente,



amarga um enorme déficit habitacional, estatisticamente superior ao restante do país.

Em um universo de extrema pobreza, os valores destinados para implantação de política habitacional nos Estados Amazônicos são inferiores ao do restante do país, apesar da realidade de custo elevado para a construção civil naquela região, seja em função da logística, ou em razão da enorme distância dos centros de poder do Brasil.

É certo que, se houve alguma eficácia no combate ao déficit habitacional, esse sucesso não alcançou a região amazônica. Populações ribeirinhas vivem em situação de risco, sem saneamento básico ou segurança.

As prefeituras da região, por outro lado, na maioria das vezes não conseguem acesso aos programas lançados, em função da divergência entre os valores liberados e os que, efetivamente, precisam ser gastos para garantir a construção de casas populares.

Sendo assim, entendemos necessária a presença do Ministro de Estado das Cidades, da Senhora Secretária Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, de representante do setor habitacional da Caixa, e do Presidente do SINDUSCON/AC, para discutirmos saídas para mitigar esse déficit, que colabora para o baixo IDH nos municípios da região amazônica e envergonha o Brasil.

Sala das Sessões, em de outubro de 2016

ROCHA
Deputado Federal – PSDB/AC